

Fundo de Previdência Social de Ouro Verde de Goiás

Relatório de Investimentos Ouro Verde de Goiás - GO (CONS

SETE CONFIANÇA
julho /2025
— INVESTIMENTOS —

Relatório mensal da carteira de ativos contemplando as rentabilidades auferidas pelo Ouro Verde de Goiás - GO (CONS, mediante aplicações nos bancos e instituições financeiras autorizadas na legislação vigente e na política de investimentos do RPPS.

Sumário

1. CENÁRIO ECONÔMICO	2
1.1 Destaques do mês	2
1.2 Cenário Brasileiro	2
1.3 Cenário Internacional	3
1.4 Bolsa	4
1.5 Projeções	5
1.6 Indicadores Financeiros	6
2. ANÁLISE DA CARTEIRA	7
2.1 Composição da Carteira	7
2.2 Investimentos por Instituição	7
2.3 Carteira x Meta Atuarial	7
Conclusão:	8
2.4 Evolução do Patrimônio (Grafico)	8
2.5 Evolução do Patrimônio (Tabela)	9
2.6 Análise Comparativa de Ativos	9
2.7 Investimentos/Alocação por Segmento	10
2.8 Análise de Risco	10
2.9 Composição por Indicador	10
3. ENQUADRAMENTO	12
3.1 Enquadramento na Resolução Atual	12
3.2 Enquadramento na Política de Investimentos Atual	12
4. MOVIMENTO DETALHADO	14
Informação detalhada de cada fundo do porfolio de investimentos	14
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	17

SETE CONFIANÇA
— INVESTIMENTOS —

1. CENÁRIO ECONÔMICO

1.1 Destaques do mês

O mês de julho de 2025 foi caracterizado por uma intensificação das incertezas e da **volatilidade nos mercados globais e domésticos**. No cenário internacional, a ampliação das **tensões comerciais**, especialmente entre os **Estados Unidos e seus parceiros**, gerou ruídos significativos, embora acordos subsequentes tenham mitigado parte dos impactos. A política monetária nos **Estados Unidos manteve-se** em foco, com o banco central optando pela **estabilidade das taxas de juros** em meio a dados de inflação e um mercado de trabalho resiliente. No âmbito doméstico, o **Brasil enfrentou desafios fiscais e políticos**, com a crise em torno do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e a persistência de incertezas sobre a condução da política econômica. A volatilidade dos **ativos brasileiros refletiu a percepção de risco dos investidores**, apesar de um saldo positivo no fluxo de capital estrangeiro no acumulado do ano. O **IPCA fechou em 0,26%**, este valor ficou aquém da expectativa de mercado, que projetava uma variação de 0,37% mas ligeiramente acima do mês anterior.

1.2 Cenário Brasileiro

A economia brasileira em julho de 2025 foi marcada por um ambiente de incertezas, tanto no campo **fiscal** quanto nas **relações internacionais**, além das expectativas em torno da condução da **política monetária**. A crise envolvendo o **aumento do IOF** sobre operações de crédito, câmbio e risco sacado gerou forte repercussão. A medida, que havia sido derrubada em junho, voltou à pauta em julho com uma tentativa de conciliação no Supremo Tribunal Federal (STF), resultando na validação parcial do decreto. Este episódio reforçou a percepção de **conflito entre os Poderes** e adicionou um foco de incerteza a um **ambiente fiscal já fragilizado**. Paralelamente, avançou a proposta que **retira os precatórios federais do limite de despesas primárias a partir de 2027**, prevendo sua reintegração gradual. Embora **alivie a pressão orçamentária no curto prazo**, a medida pode gerar **acomodação fiscal e enfraquecer o ímpeto por ajustes mais estruturais**. Esses eventos evidenciam o esgotamento das soluções paliativas para o ajuste fiscal e ampliam a probabilidade de revisão da meta para 2026, **escancarando o desafio de preservar a credibilidade do arcabouço fiscal** em meio a pressões políticas, instabilidade institucional e uma economia que já demonstra sinais de desaceleração.

Apesar desses entraves, o principal foco do cenário doméstico concentrou-se na decisão dos Estados Unidos de **elevar de 10% para 50% as tarifas de importação sobre todos os produtos brasileiros**, com vigência a partir de 1º de agosto. No entanto, um decreto assinado em 30 de julho pelo presidente norte-americano Donald Trump prorrogou a entrada em vigor das novas tarifas para 6 de agosto. Ao longo de julho, o governo brasileiro buscou abrir canais de diálogo com os Estados Unidos, mas sem avanços concretos. O anúncio do decreto gerou forte repercussão nos mercados, com queda da bolsa e valorização do dólar. Contudo, a divulgação posterior de uma **lista com 694 exceções**, incluindo **setores estratégicos como aeronáutica, suco de laranja, fertilizantes, celulose, energia, veículos e minerais**, com a redução das sobretaxas para **10%**, trouxe alívio, levando o Ibovespa a reagir positivamente. Os produtos beneficiados possuem grande peso na pauta exportadora brasileira para os EUA, **representando entre 35% e 45%**, o que **reduziu significativamente os impactos negativos** sobre os setores mais dependentes do mercado norte-americano. Avalia-se que o Brasil deve concentrar esforços diplomáticos na flexibilização das tarifas sobre setores que ficaram fora da lista de exceções, como carne bovina e café, com possíveis contrapartidas como a redução de barreiras a produtos norte-americanos e investimentos produtivos de empresas brasileiras nos EUA. O caso brasileiro apresenta desafios devido à questão política e à baixa relevância do Brasil no comércio externo dos EUA. No cenário-base, projeta-se novos avanços nas negociações bilaterais, com impactos macroeconômicos limitados, especialmente após as exceções, considerando que as exportações para os EUA representam apenas 2% do PIB brasileiro. A redução do PIB, anteriormente estimada entre 0,2 e 0,3 ponto percentual, agora deve ser menor, entre 0,1 e 0,15 ponto percentual. O **governo federal** sinalizou a intenção de adotar **medidas para mitigar os efeitos negativos sobre as empresas**, como a criação de um fundo emergencial e concessão de crédito subsidiado, embora sem detalhes divulgados. Uma resposta direta aos EUA, com aumento das alíquotas sobre produtos importados, é considerada improvável.

A incerteza e a falta de previsibilidade, tanto na esfera fiscal quanto na política externa, prejudicaram a performance da bolsa brasileira em julho, com o fluxo estrangeiro apresentando uma saída de aproximadamente R\$ 6 bilhões no mês, embora o

saldo em 2025 ainda seja positivo em mais de R\$ 20 bilhões.

O último grande evento do mês foi a decisão do **Comitê de Política Monetária (Copom)**, que manteve a taxa de juros em **15,0% ao ano**, conforme o cenário-base. O conjunto de informações indica que o atual nível de juros tem provocado uma moderação gradual na atividade econômica, na concessão de crédito e nos preços. Contudo, o mercado de trabalho, que ainda apresenta dinamismo, permanece como uma barreira para uma desaceleração maior da inflação. Embora os dados recentes tenham trazido certo alívio, o comunicado da ata do COPOM manteve o tom firme, sinalizando que a luta contra a inflação ainda não terminou. A postura do Banco Central é técnica e apropriada, reforçando que a política monetária deve continuar em território significativamente contracionista por um período prolongado, com o objetivo de garantir a convergência da inflação à meta. Ao reforçar essa mensagem, o **Comitê reforçou ao mercado o seu compromisso com a convergência da inflação ao centro da meta**. Pontos de preocupação incluem o hiato do produto, que permanece positivo, as medidas subjacentes de inflação, que continuam elevadas, e as expectativas de inflação, que, apesar de um leve arrefecimento, seguem desancoradas em relação à **meta de 3,0%**. O risco fiscal também segue no radar da autoridade monetária. As tarifas impostas pelos Estados Unidos ao Brasil e as incertezas sobre acordos comerciais não influenciaram, no curto prazo, a decisão do Copom. O Banco Central atribui maior peso aos indicadores domésticos, como atividade econômica, inflação e expectativas. No entanto, se no médio prazo houver estresse no câmbio e uma desvalorização que comprometa o processo de convergência da inflação, a autoridade monetária poderá incorporar esse risco e tomar as medidas necessárias.

O **cenário fiscal brasileiro surpreendeu positivamente** na primeira metade de 2025, com as contas públicas apresentando um desempenho melhor do que o esperado, impulsionado **pela redução das despesas e pela continuidade da alta nas receitas**. No acumulado de janeiro a junho, o resultado primário alcançou um **déficit de R\$ 9,5 bilhões**, significativamente menor que os **R\$ 70,1 bilhões no mesmo período do ano anterior**. Este desempenho contribuiu para a melhora do resultado nominal, que se encontra em 6,9% do PIB, desacelerando o ritmo de expansão da dívida pública. A receita líquida cresceu 2,8% em termos reais, puxada por impostos sobre Importações, IPI, IOF e Imposto de Renda. As despesas recuaram 2,4%, influenciadas pela queda nos gastos discricionários e o ritmo mais lento dos benefícios previdenciários e de pessoal. O baixo volume de pagamentos de precatórios no primeiro semestre, com concentração em julho, também contribuiu para essa queda. O principal desafio do governo continua sendo o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que apresentou uma alta de 10,8% no ano. No entanto, os benefícios sociais como um todo, incluindo Previdência e Bolsa Família, cresceram apenas 0,6% no acumulado de 12 meses, compensando a alta do BPC. Ainda assim, este cenário favorável tende a ser passageiro. A partir do segundo semestre, espera-se uma reversão parcial dessa dinâmica, com a retomada do crescimento de algumas despesas e a expansão mais fraca da atividade econômica impactando a arrecadação. Apesar da piora esperada, a projeção é que o governo atinja o limite inferior da meta fiscal de 2025, com um déficit primário de R\$ 31 bilhões (-0,25% do PIB). Incluindo os precatórios, o déficit total projetado sobe para cerca de R\$ 75 bilhões (-0,6% do PIB).

A **taxa de desemprego** no trimestre encerrado em junho de 2025 **recoou para 5,8%**, o menor patamar desde o início da série histórica. Os dados revelam um mercado de trabalho sólido, com a população ocupada alcançando 102,3 milhões de pessoas e o número de trabalhadores com carteira assinada e por conta própria atingindo os maiores níveis históricos. A massa de rendimentos e o rendimento real habitual também atingiram máximas históricas. A continuidade da queda na taxa de desemprego é explicada pelo aquecimento do setor de serviços e pela desaceleração da população em idade ativa. Para o Banco Central, essa resiliência representa um desafio adicional ao processo de desinflação, sobretudo no setor de serviços.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (**IPCA**) de julho **registrou alta de 0,26%**, ligeiramente acima do resultado de junho, que foi de 0,24%. No entanto, este valor ficou aquém da expectativa de mercado, que projetava uma variação de 0,37%. No acumulado do ano, o índice soma 3,26%, enquanto nos últimos 12 meses registra uma alta de 5,23%, abaixo dos 5,35% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Apesar do desempenho abaixo do esperado, o resultado reflete quedas em grupos importantes, como "Alimentação e Bebidas" (-0,27%) e "Vestuário" (-0,54%), enquanto outros, como "Habitação" (0,91%) e "Transportes" (0,35%), puxaram o índice para cima.

1.3 Cenário Internacional

Julho foi um mês marcado por uma escalada de incertezas, ruídos políticos e choques que deterioraram a percepção de risco dos investidores e afetaram diretamente as expectativas dos agentes econômicos. **Os Estados Unidos** ampliaram os anúncios de **elevação de tarifas contra diversos países**, impactando diretamente parceiros comerciais como o Brasil. No entanto, ao longo do mês, uma sucessão de acordos foi firmada, contrastando com a retórica inicial mais forte e ajudando a aliviar parte das tensões globais. No início de julho, terminou o período de 90 dias de suspensão tarifária, e o presidente Donald Trump cumpriu a promessa de anunciar a elevação das alíquotas de importação. As tarifas variavam de acordo com o país: 25% para Coreia do Sul e Japão, 30% para México e União Europeia, e 50% para todas as exportações brasileiras, programadas para entrar em vigor no início de agosto.

Boas notícias começaram a surgir com o anúncio de diversos acordos, destacando-se a redução para 15% sobre produtos vindos do Japão, da União Europeia e da Coreia do Sul, com vigência a partir de 6 de agosto. Além disso, China e EUA se encontraram em Estocolmo e estão na iminência de estender o acordo firmado em 11 de maio, que vence em 12 de agosto. Esses avanços ajudaram a conter parte das tensões e devolveram algum alívio aos ativos globais. Os acordos incluíram compromissos expressivos de investimentos bilionários em solo norte-americano por parte de países como Japão, União Europeia e Coreia do Sul, somando mais de US\$ 1,5 trilhão. Essa questão pode ser interpretada como uma vitória estratégica para o governo de Donald Trump, direcionando recursos para setores-chave da economia americana. Por outro lado, há uma leitura mais cautelosa de que os países buscam mitigar efeitos econômicos negativos no curto prazo com promessas de investimentos de longo prazo, cuja execução concreta ainda depende de fatores políticos e institucionais, especialmente considerando o horizonte limitado do governo Trump.

Enquanto as tensões político-econômicas dominavam os noticiários, o mercado acompanhava de perto os dados da economia norte-americana, atento aos possíveis impactos das tarifas sobre a inflação e às pistas sobre os próximos passos da política monetária. Em junho, o Índice de Preços ao Consumidor (CPI) subiu 0,3%, acumulando alta de 2,7% em 12 meses, acima dos 2,4% registrados em maio. O núcleo do CPI avançou 0,2% no mês, com a taxa anual passando de 2,8% para 2,9%. Embora os dados tenham vindo em linha com as expectativas, os preços de bens, especialmente móveis, eletrodomésticos, itens recreativos e vestuário, já começam a refletir os efeitos das novas tarifas comerciais, com variações em junho superando os padrões sazonais dos últimos anos. O presidente do Fed, Jerome Powell, reconheceu que as tarifas exerceram pressão sobre alguns bens, embora o impacto mais amplo ainda seja incerto. Com o esgotamento dos estoques isentos dessas tarifas, a tendência é de que essa pressão sobre o CPI aumente nos próximos meses.

Diante desse cenário de incertezas e de uma inflação que ainda não apresentou sinais consistentes de convergência para a meta de 2,0%, o **Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC) decidiu, ao final de julho, manter a taxa de juros no intervalo atual, entre 4,25% e 4,50% ao ano**, decisão que veio em linha com as expectativas. A primeira novidade desta reunião foi o voto dissidente de dois diretores do Fed, Christopher J. Waller e Michelle W. Bowman, que prefeririam uma redução dos juros em 0,25 ponto percentual. Apesar de terem sido escolhidos por Trump, não se observam sinais de interferência política por parte do Executivo, nem expectativa de mudança do atual presidente do Fed. A principal incerteza no médio prazo gira em torno de sua sucessão, pois Powell deve permanecer no cargo até maio de 2026, mas o governo já sinalizou que a indicação do novo nome tende a ocorrer até o fim de 2025, fora do padrão histórico, o que pode gerar ruídos sobre as próximas decisões de política monetária. Na entrevista após a decisão, o presidente do Fed destacou que a atual postura da política monetária é adequada e oferece flexibilidade para reagir a novos dados, indicando que o mercado de trabalho segue relativamente equilibrado e destacando a taxa de desemprego como um dos principais indicadores a serem monitorados. Esse cenário de preços pressionados nos próximos meses e mercado de trabalho firme reforça a visão de que o Fed não precisa iniciar um ciclo de cortes de juros no curto prazo. Nenhuma decisão foi tomada em relação à reunião de setembro. A autoridade monetária deve aguardar os próximos dados de inflação e os desdobramentos do choque tarifário antes de tomar uma decisão. A expectativa é que o primeiro corte só ocorra em dezembro de 2025, a menos que haja uma deterioração mais significativa no mercado de trabalho.

1.4 Bolsa

Os ativos brasileiros voltaram a **register forte volatilidade ao longo de julho**. Após um período de recuperação, tanto o **Ibovespa quanto o IFIX** inverteram a tendência e **fecharam o mês em queda, com recuos de 4,17% e 1,36%**,

respectivamente. Em contraste, as bolsas norte-americanas mostraram desempenho expressivo, impulsionadas pela redução do pessimismo em relação à guerra comercial e pelo impacto positivo dos resultados corporativos do segundo trimestre de 2025, especialmente no setor de tecnologia, que superaram as expectativas e reanimaram o apetite por risco dos investidores globais. A incerteza e a falta de previsibilidade, tanto na esfera fiscal quanto na política externa, prejudicaram a performance da bolsa brasileira.

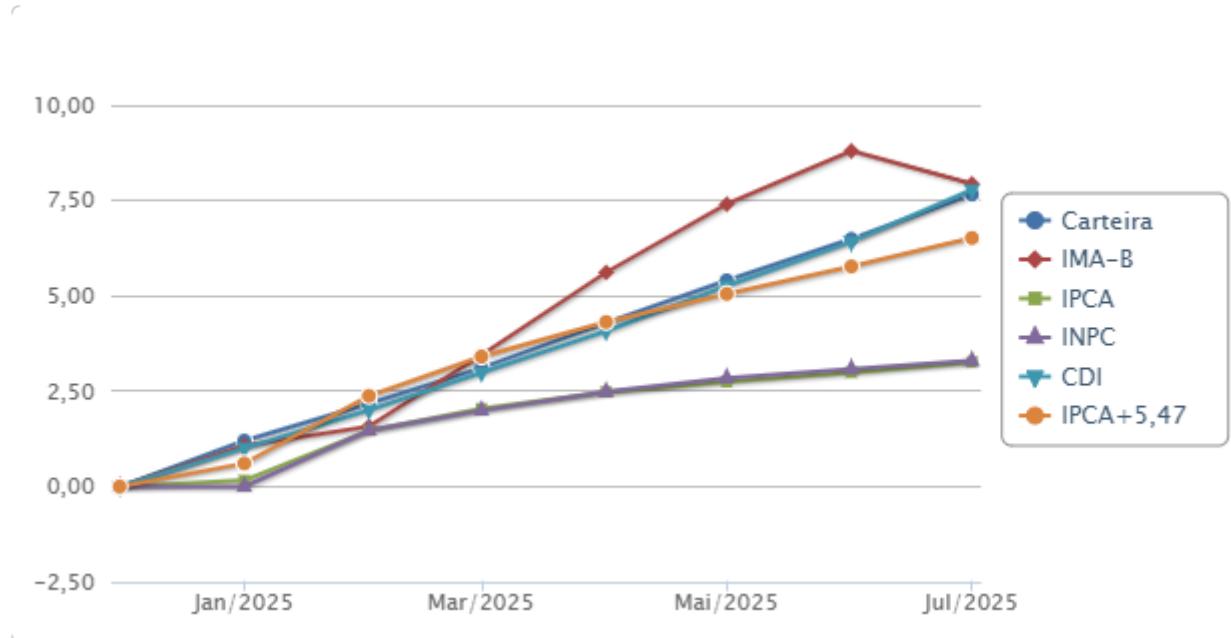
1.5 Projeções

Para os próximos passos da política monetária no Brasil, a expectativa é que o **Comitê de Política Monetária (Copom)** mantenha a taxa Selic em 15,0% ao ano na reunião de setembro e no restante de 2025. Para 2026, projeta-se o **início do ciclo de cortes de juros na reunião de março**. Esse movimento dependerá de uma combinação de fatores, como a melhora no cenário inflacionário, maior ancoragem das expectativas e sinais mais evidentes de desaceleração da atividade econômica. Nesse contexto, estima-se um ciclo de cortes gradual, com a Selic encerrando o ano de **2026 em 12,5% ao ano, segundo Boletim Focus publicado em 04 de agosto**. O início das discussões sobre um possível ciclo de cortes de juros pode se tornar um importante gatilho para impulsionar o desempenho da renda variável no país.

Para 2026, o cenário fiscal se torna ainda mais complexo. Com a proximidade das **eleições, aumentam as chances de uma forte expansão dos gastos**, o que deve dificultar ainda mais o cumprimento da meta fiscal. A meta de superávit primário de 0,25% do PIB (R\$ 34,3 bilhões) parece distante da realidade. As projeções indicam um déficit total de R\$ 100 bilhões (0,7% do PIB) e, para fins de cumprimento da meta (desconsiderando R\$ 55 bilhões de precatórios), um resultado negativo de R\$ 45 bilhões (0,3% do PIB). Portanto, mesmo mirando o limite inferior (déficit zero), o governo precisaria promover um ajuste de cerca de R\$ 45 bilhões. Em ano eleitoral, esse esforço parece bastante improvável. Diante disso, surgem dois cenários: o governo pode optar por alterar a meta fiscal de 2026, o que prejudicaria a credibilidade da política econômica e traria uma piora em diversos indicadores financeiros; ou o Executivo não atinge a meta e deixará o ônus das punições previstas no arcabouço fiscal para a próxima gestão. Assim, 2026 tende a ser um ano de piora no risco fiscal, aumento das incertezas e maior volatilidade nos mercados.

As projeções macroeconômicas para o Brasil indicam um crescimento do PIB de 2,23% em 2025 e 1,88% em 2026. A inflação, medida pelo IPCA, é projetada em 5,07% para 2025 e 4,43% para 2026. A taxa de câmbio é estimada em R\$ 5,60 por dólar em 2025 e R\$ 5,70 em 2026.

1.6 Indicadores Financeiros



SETE CONFIANÇA
— INVESTIMENTOS —

2. ANÁLISE DA CARTEIRA

2.1 Composição da Carteira

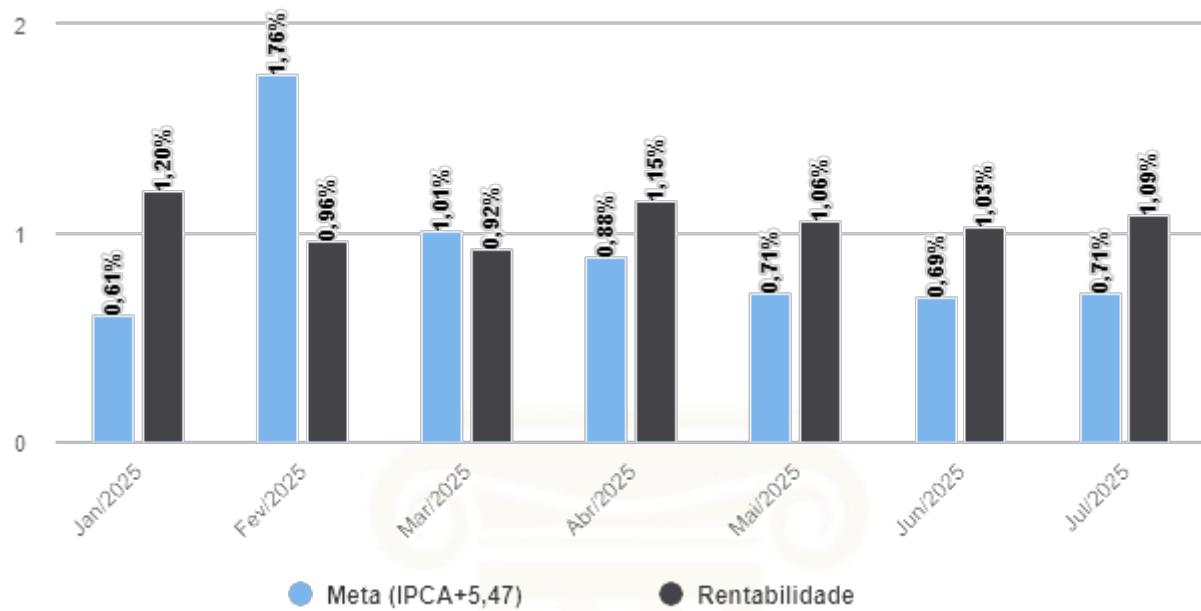
Fundo / Ativo Financeiro	Saldo em 30/06/2025	Saldo em 31/07/2025	Ganho ou Perda Fin.	Percent.
BB PREVID RF PERFIL FIC	R\$1.298.653,51	R\$1.315.441,92	R\$16.788,41	1,29%
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IDKA 2 FUNDO DE INVESTIMENTO	R\$633.140,55	R\$636.862,02	R\$3.721,47	0,59%
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TP RF LP	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	
CAIXA FI BRASIL DI LONGO PRAZO	R\$1.207.680,23	R\$1.223.189,61	R\$15.509,38	1,28%
CAIXA FI BRASIL IRF M 1 TP RF	R\$2.236.694,37	R\$2.263.679,23	R\$26.984,86	1,21%
CAIXA FI BRASIL TITULOS PUBLICOS RF	R\$1.620.616,22	R\$2.023.207,57	R\$20.591,35	0,99%
FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL MATRIZ RENDA FIXA	R\$1.151.895,60	R\$1.166.477,19	R\$14.581,59	1,27%
RURAL PREMIUM FIDC SÊNIOR	R\$15.856,27	R\$11.027,32	(R\$4.828,95)	-30,45%
	R\$8.164.536,76	R\$8.639.884,86		

* Caso o seu RPPS possua Títulos Públicos Federais, os valores apresentados estão de acordo com o extrato enviado pelo custodiante, isentando ao OnFinance o cálculo da rentabilidade apresentada por esses títulos.

2.2 Investimentos por Instituição

Instituição Financeira	Saldo em 30/06/2025	Saldo em 31/07/2025	% alocado na Inst. Fin.
Banco do Brasil S.A.	R\$1.931.794,06	R\$1.952.303,93	22,60%
Caixa Econômica Federal	R\$6.216.886,43	R\$6.676.553,60	77,28%
PETRA PERSONAL TRADER CTVM	R\$15.856,27	R\$11.027,32	0,13%
	R\$8.164.536,76	R\$8.639.884,86	

2.3 Carteira x Meta Atuarial



Período	Rentabilidade	Meta	Índice de ref.	Resultado
Julho/2025	1,09%	0,71%	IPCA+5,47	Cumpriu a meta
Junho/2025	1,03%	0,69%	IPCA+5,47	Cumpriu a meta
Maio/2025	1,06%	0,71%	IPCA+5,47	Cumpriu a meta
Abril/2025	1,15%	0,88%	IPCA+5,47	Cumpriu a meta

Conclusão:

Neste período, o valor da Taxa de Meta Atuarial, referente ao IPCA+5,47, foi de 0,7059% e o Ouro Verde de Goiás - GO (CONS) atingiu o percentual de 1,0922% de rentabilidade em seus investimentos, conseguindo cumprir a meta (teórica) necessária.

O percentuais mensais de referência, apresentado pelo sistema, são para simples balizamento aos gestores para que entendam se estão ajustados com as metas à serem buscadas. O real número a ser comparado é o referente à TAXA ANUAL (benchmark), aí sim, único indicador imutável que poderá ser comparado com a rentabilidade alcançada da carteira.

2.4 Evolução do Patrimônio (Grafico)

(K - Mil, M - Milhões)



2.5 Evolução do Patrimônio (Tabela)

Mes / Ano	Saldo	Dif.%
Julho/2025	R\$8.639.884,85	5,82%
Junho/2025	R\$8.164.536,74	-0,42%
Maio/2025	R\$8.199.354,01	-0,08%
Abril/2025	R\$8.206.030,97	0,84%
Março/2025	R\$8.137.958,14	1,24%
Fevereiro/2025	R\$8.038.168,76	4,30%
Janeiro/2025	R\$7.706.775,33	-2,88%
Dezembro/2024	R\$7.935.432,73	

2.6 Análise Comparativa de Ativos

Fundo / Ativo Financeiro	Mês	Ano	6 meses	12 meses	PL Médio 12 meses	Ínicio	Tx Adm	Tx Perf	Aplic Mín
BB PREVID RF PERFIL FIC	1,29%	7,85%	6,74%	12,59%	R\$21.123.042.611,23	28/04/2011	0,20%	0,00%	R\$1.000,00
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IDKA 2 FUNDO DE INVESTIMENTO	0,59%	5,87%	4,17%	8,40%	R\$4.694.453.377,87	28/04/2011	0,20%	0,00%	R\$10.000,00
CAIXA FI BRASIL DI LONGO PRAZO	1,28%	7,86%	6,76%	12,62%	R\$21.130.789.088,88	05/07/2006	0,20%	0,00%	R\$1.000,00
CAIXA FI BRASIL IRF M 1 TP RF	1,21%	7,95%	6,70%	12,00%	R\$8.498.710.627,30	28/05/2010	0,20%	0,00%	R\$1.000,00
CAIXA FI BRASIL TITULOS PUBLICOS RF	1,25%	7,68%	6,61%	12,46%	R\$11.432.722.961,52	10/02/2006	0,20%	0,00%	R\$1.000,00
FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL MATRIZ RENDA FIXA	1,27%	7,84%	6,74%	12,59%	R\$7.231.908.931,74	17/12/2015	0,20%	0,00%	R\$1.000,00
RURAL PREMIUM FIDC SÉNIOR	-30,45%	-35,98%	-35,72%	-37,28%	R\$27.193.939,21	09/01/2004	0,25%	0,00%	R\$500.000,00

2.7 Investimentos/Alocação por Segmento

Segmento	Saldo em 30/06/2025	Saldo em 31/07/2025	% alocado no segmento	Rentabilidade
Renda Fixa	R\$6.956.856,53	R\$7.416.695,25	85,84%	1,00%
Renda Fixa Referenciado	R\$1.207.680,23	R\$1.223.189,61	14,16%	1,28%
	R\$8.164.536,76	R\$8.639.884,86		

2.8 Análise de Risco

Mercado: O valor dos ativos que compõem a carteira de investimentos do fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com flutuações de preços e cotações de mercado, mudanças no cenário político e econômico, alterações nas taxas de juros e, ainda, com os resultados das empresas emitentes de valores mobiliários (ações, debêntures, notas promissórias, entre outros).

Volatilidade: Volatilidade é o nome que se dá ao Desvio Padrão dos retornos de um ativo. Dessa forma, a Volatilidade mede o quanto os retornos diários se afastam do retorno médio do período analisado. Assim sendo, uma Volatilidade alta representa maior risco, visto que os preços dos ativos tendem a se afastar mais de seu valor médio.

Fundo / Ativo Financeiro	Tipo Ativo	Volatilidade	Data Base
BB PREVID RF PERFIL FIC	Renda Fixa	5,497693	31/07/2025
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IDKA 2 FUNDO DE INVESTIMENTO	Renda Fixa	2,425113	31/07/2025
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TP RF LP	Renda Fixa	3,379432	31/07/2025
CAIXA FI BRASIL DI LONGO PRAZO	Renda Fixa Referenciado	5,518114	31/07/2025
CAIXA FI BRASIL IRF M 1 TP RF	Renda Fixa	7,716349	31/07/2025
CAIXA FI BRASIL TITULOS PUBLICOS RF	Renda Fixa	12,172330	31/07/2025
FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL MATRIZ RENDA FIXA	Renda Fixa	3,185052	31/07/2025
RURAL PREMIUM FIDC SÊNIOR	Renda Fixa	19,001069	31/07/2025

Índice Sharpe: Quantifica a relação entre a Volatilidade da Carteira e seu retorno excedente a um ativo livre de risco, nesse caso o CDI. Assim, esse indicador aponta o percentual de rentabilidade que a Carteira teve acima do CDI devido a sua maior exposição ao risco. Logo, quanto maior o Sharpe, melhor o desempenho da Carteira, enquanto valores negativos, significam que o CDI superou a rentabilidade da Carteira no Período.

2.9 Composição por Indicador

Indicador	Saldo em 30/06/2025	Particip.	Saldo em 31/07/2025	Particip.
OUTROS	R\$15.856,27	0,22%	R\$11.027,32	0,14%
IRF-M 1	R\$2.236.694,37	30,94%	R\$2.263.679,23	29,35%
CDI	R\$5.278.845,55	73,01%	R\$5.728.316,28	74,28%
IDKA IPCA 2A	R\$633.140,55	8,76%	R\$636.862,02	8,26%
	R\$8.164.536,74		R\$8.639.884,85	



SETE CONFIANÇA
— INVESTIMENTOS —

3. ENQUADRAMENTO

3.1 Enquadramento na Resolução Atual

Caso seja Pró-Gestão, o sistema apresentará os limites já ajustados

Artigo/Ativo	Percent. Autorizado	Percent. Alocado	Total	Enquadrado Resolução	Enq. art.18	Enq. art.19
Art. 7º, Inciso I, "b" - FI referenciado com 100% em Tít. Pub	100,00%	56,99%	R\$4.923.748,82			
- BB PREVID RF IDKA 2 FI	100,00%	7,37%	R\$636.862,02	Sim	Sim	Sim
- CAIXA FI BRASIL IDKA IPCA 2A RF	100,00%	0,00%	R\$0,00	Sim	Sim	Sim
- CAIXA FI BRASIL IRF M 1 TP RF	100,00%	26,20%	R\$2.263.679,23	Sim	Sim	Sim
- CAIXA FI BRASIL TIT PUBL	100,00%	23,42%	R\$2.023.207,57	Sim	Sim	Sim
Art. 7º, Inciso III, "a" - 60% em FI Renda Fixa	60,00%	42,88%	R\$3.705.108,72			
- BB PREVID RF PERFIL FIC	60,00%	15,23%	R\$1.315.441,92	Sim	Sim	Sim
- CAIXA FI BRASIL DI LP	60,00%	14,16%	R\$1.223.189,61	Sim	Sim	Sim
- FI CAIXA BRASIL MATRIZ RENDA FIXA	60,00%	13,50%	R\$1.166.477,19	Sim	Sim	Sim
Art. 7º, Inciso V, "a" - 5% em FIDC Cota Sênior	5,00%	0,13%	R\$11.027,32			
- RURAL PREMIUM FIDC SÊNIOR	5,00%	0,13%	R\$11.027,32	Sim	Sim	Não
			R\$8.639.884,86			

O Enquadramento no Artigo 18 da resol. CVM define que um RPPS não pode concentrar mais do que 20% dos recursos em um mesmo fundo (exceto se o fundo for 100% títulos públicos).

O Enquadramento no Artigo 19 da resol. CVM define que um RPPS não pode possuir mais de 15% do PL do fundo investido.

3.2 Enquadramento na Política de Investimentos Atual

Artigo/Ativo	Mínimo	Máximo	Alvo	Alocado
Art. 7º, Inciso I, "a" - Títulos do Tesouro Nacional	0,00%	100,00%	10,00%	0,00%
Art. 7º, Inciso I, "b" - FI referenciado com 100% em Tít. Pub	10,00%	100,00%	34,00%	56,99%
- BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IDKA 2 FUNDO DE INVESTIMENTO	0,00%	0,00%	0,00%	7,37%
- CAIXA FI BRASIL IRF M 1 TP RF	0,00%	0,00%	0,00%	18,27%
- CAIXA FI BRASIL TITULOS PUBLICOS RF	0,00%	0,00%	0,00%	20,60%

Artigo/Ativo	Mínimo	Máximo	Alvo	Alocado
Art. 7º, Inciso I, "c" - FI em índice com 100% em Tít. Pub	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 7º, Inciso II - 5% de Operações Compromissadas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 7º, Inciso III, "a" - 60% em FI Renda Fixa	0,00%	60,00%	45,50%	42,88%
- BB PREVID RF PERFIL FIC	0,00%	0,00%	0,00%	15,23%
- CAIXA FI BRASIL DI LONGO PRAZO	0,00%	0,00%	0,00%	14,16%
- FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL MATRIZ RENDA FIXA	0,00%	0,00%	0,00%	13,50%
Art. 7º, Inciso III, "b" - 60% ETF/FI em índice ref., neg BOLSA	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 7º, Inciso IV, 20% Ativos Fin. RF de emissão com obrigação ou Coobrigação	0,00%	20,00%	1,00%	0,00%
Art. 7º, Inciso V, "a" - 5% em FIDC Cota Sênior	0,00%	5,00%	1,00%	0,13%
- RURAL PREMIUM FIDC SÊNIOR	0,00%	0,00%	0,00%	0,13%
Art. 7º, Inciso V, "b" - 5% FI em RF crédito privado	0,00%	5,00%	1,25%	0,00%
Art. 7º, Inciso V, "c" - 5% FI com 85% en debêntures	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 8º, Inciso I - 30% FI Ações, ref. cond. aberto	0,00%	20,00%	1,00%	0,00%
Art. 8º, Inciso II - 30% ETF/FI Ações em índices, ref.	0,00%	20,00%	1,00%	0,00%
Art. 9º, Inciso I - Fundo de Renda Fixa - Dívida Externa	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 9º, Inciso II - FI - Sufixo Investimento no Exterior	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 9º, Inciso III - FI em Ações BDR Nível 1	0,00%	20,00%	1,50%	0,00%
Art. 10º, Inciso I - 10% FI Multimercado, Cond. Aberto	0,00%	10,00%	3,75%	0,00%
Art. 10º, Inciso II - 5% FI em Participações, Cond. Fechado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 10º, Inciso III - 5% FI Ações - Mercado de Acesso	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 11º, 5% FI Imobiliário	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 12º, Inciso I - 5% Empréstimo Consignado, sem nível governança	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 12º, Inciso II - 10% Empréstimo Consignado, com nível governança	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Fundo Desenquadrado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

4. MOVIMENTO DETALHADO

Informação detalhada de cada fundo do porfolio de investimentos



Caixa Econômica Federal
CAIXA FI BRASIL TITULOS PUBLICOS RF
CNPJ: 05.164.356/0001-84

Tipo: Renda Fixa

Enquadramento: Art. 7º, Inciso I, "b" - FI referenciado com 100% em Tít. Pub

Cotas em 30/06/2025: 1.661.833,873841

Saldo financeiro: R\$ 1.362.547,22

Lançamentos:

% da carteira: 18,85

17/07/2025	Venda	2.829,720619	cotas	R\$18.000,00
29/07/2025	Compra	62.600,277820	cotas	R\$400.000,00

Cotas em 31/07/2025: 1.695.651,538689

Saldo financeiro: R\$ 1.780.006,89

Rentabilidade no período: 0,99%

% da carteira: 23,08



Banco do Brasil S.A.
BB PREVID RF PERFIL FIC
CNPJ: 13.077.418/0001-49

Tipo: Renda Fixa

Enquadramento: Art. 7º, Inciso III, "a" - 60% em FI Renda Fixa

Cotas em 30/06/2025: 1.076.752,850763

Saldo financeiro: R\$ 1.298.653,51

Lançamentos:

% da carteira: 17,96

nenhum registro

Cotas em 31/07/2025: 1.076.752,850763

Saldo financeiro: R\$ 1.315.441,92

Rentabilidade no período: 1,29%

% da carteira: 17,06



Banco do Brasil S.A.
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IDKA 2 FUNDO DE INVESTIMENTO
CNPJ: 13.322.205/0001-35

Tipo: Renda Fixa

Enquadramento: Art. 7º, Inciso I, "b" - FI referenciado com 100% em Tít. Pub

Cotas em 30/06/2025: 153.017,904006

Saldo financeiro: R\$ 633.140,55

Lançamentos:

% da carteira: 8,76

nenhum registro

Cotas em 31/07/2025: 153.017,904006

Saldo financeiro: R\$ 636.862,02

Rentabilidade no período: 0,59%

% da carteira: 8,26

 **Caixa Econômica Federal**
CAIXA FI BRASIL DI LONGO PRAZO
CNPJ: 03.737.206/0001-97

Tipo: Renda Fixa Referenciado

Enquadramento: Art. 7º, Inciso III, "a" - 60% em FI Renda Fixa

Cotas em 30/06/2025: 204.439,341707

Saldo financeiro: R\$ 1.207.680,23

Lançamentos:

nenhum registro

Cotas em 31/07/2025: 204.439,341707
Rentabilidade no período: 1,28%

Saldo financeiro: R\$ 1.223.189,61

% da carteira: 15,86

 **Caixa Econômica Federal**
CAIXA FI BRASIL IRF M 1 TP RF
CNPJ: 10.740.670/0001-06

Tipo: Renda Fixa

Enquadramento: Art. 7º, Inciso I, "b" - FI referenciado com 100% em Tít. Pub

Cotas em 30/06/2025: 1.919.885,966321

Saldo financeiro: R\$ 1.560.074,99

Lançamentos:

nenhum registro

Cotas em 31/07/2025: 1.919.885,966321
Rentabilidade no período: 1,21%

Saldo financeiro: R\$ 1.578.896,70

% da carteira: 20,47

 **PETRA PERSONAL TRADER CTVM**
RURAL PREMIUM FIDC SÊNIOR
CNPJ: 06.018.364/0001-85

Tipo: Renda Fixa

Enquadramento: Art. 7º, Inciso V, "a" - 5% em FIDC Cota Sênior

Cotas em 30/06/2025: 39.758,879212

Saldo financeiro: R\$ 15.856,27

Lançamentos:

nenhum registro

Cotas em 31/07/2025: 39.758,879212
Rentabilidade no período: -30,45%

Saldo financeiro: R\$ 11.027,32

% da carteira: 0,14

 **Caixa Econômica Federal**
FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL MATRIZ RENDA FIXA
CNPJ: 23.215.008/0001-70

Tipo: Renda Fixa

Enquadramento: Art. 7º, Inciso III, "a" - 60% em FI Renda Fixa

Cotas em 30/06/2025: 502.362,933733

Saldo financeiro: R\$ 1.151.895,60

Lançamentos:

nenhum registro

Cotas em 31/07/2025: 502.362,933733
Rentabilidade no período: 1,27%

Saldo financeiro: R\$ 1.166.477,19
% da carteira: 15,13



SETE CONFIANÇA
— INVESTIMENTOS —

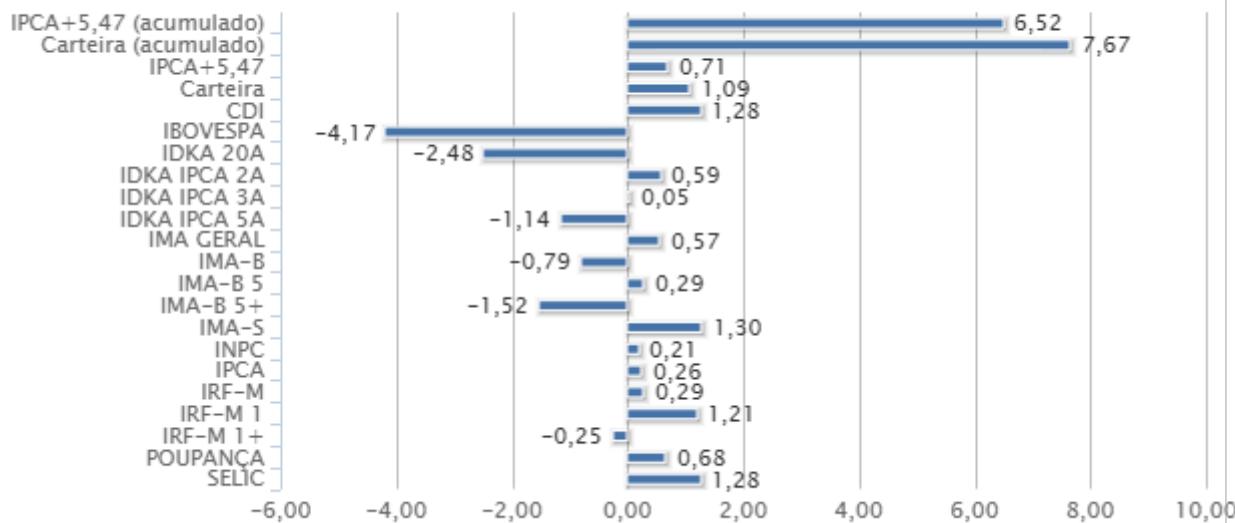
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relatório de cenário econômico para julho de 2025 destaca um mês de elevada volatilidade e incertezas. No cenário internacional, **as tensões comerciais entre os EUA e seus parceiros se intensificaram**, embora acordos subsequentes tenham aliviado parte dos impactos. A política monetária do Fed manteve as **taxas de juros estáveis**, aguardando dados de inflação e observando um mercado de trabalho resiliente, com projeção de cortes de juros apenas para dezembro de 2025. No Brasil, a **crise do IOF e a discussão sobre precatórios** evidenciaram a fragilidade fiscal e a desarticulação política. A decisão dos EUA de **impor tarifas de 50% sobre produtos brasileiros gerou preocupação**, mas a posterior **lista de exceções mitigou os impactos**. A bolsa brasileira registrou queda em julho, com saída de capital estrangeiro no mês, embora o saldo anual permaneça positivo. O **Copom manteve a Selic em 15,0% ao ano**, com um tom firme devido à inflação e ao dinamismo do mercado de trabalho. As contas públicas surpreenderam positivamente no primeiro semestre de 2025, mas a expectativa é de piora no segundo semestre e em 2026, com alto risco de descumprimento das metas fiscais. A **taxa de desemprego atingiu o menor nível histórico em junho**, refletindo um mercado de trabalho sólido. As projeções indicam manutenção da Selic em 15,0% ao ano até o final de 2025, **com cortes a partir de março de 2026**, e um cenário fiscal desafiador para 2026. A falta de clareza na política econômica, tanto global quanto doméstica, continua a minar a confiança dos agentes econômicos.

O **IPCA fechou em 0,26%**, este valor ficou aquém da expectativa de mercado, que projetava uma variação de 0,37% mas ligeiramente acima do mês anterior.

O cálculo da TMA (representada pelo IPCA+5,47 a.a.) foi de 0,71%, porém o Ouro Verde de Goiás - GO (CONS obteve uma rentabilidade agregada de sua carteira de 1,09%, conseguindo cumprir a meta necessária.

Rentabilidade dos indicadores e da Carteira



Resumo dos principais indicadores

Na situação financeira, o Ouro Verde de Goiás - GO (CONS obteve rendimento de R\$ 93.348,11 neste mês, e teve ainda uma sobra de capital previdenciário no valor de R\$ 382.000,00, sobra esta já investida no mercado financeiro. No ano a rentabilidade da carteira está acumulada em R\$ 598.060,70. O saldo em conta corrente foi de R\$ 20.156,78.

O mês de julho escancarou como a falta de clareza, previsibilidade e coordenação nas decisões de política econômica, tanto em âmbito **internacional** quanto **doméstico**, minam a confiança dos agentes econômicos. A sucessão de ruídos

institucionais, **medidas tributárias mal articuladas e tensões comerciais** reforçaram um ambiente de desconfiança e retração. A expectativa, em última instância, é o elo invisível entre decisões e confiança, sendo fundamental para o crescimento consistente da economia.



Reiter Ferreira Peixoto
Consultor de Valores Mobiliários - Credenciado pela CVM



SETE CONFIANÇA
— INVESTIMENTOS —